## **COMISSÃO DE TRABALHO**

#### PROJETO DE LEI Nº 3.118, DE 2004

Apensados: PL nº 5.332/2005, PL nº 6.271/2005, PL nº 6.925/2006, PL nº 7.479/2006 e PL nº 2.990/2008

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que 'Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências', a fim de reduzir o período aquisitivo de acesso ao seguro-desemprego para os trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais.

**Autor:** Deputado PAULO BAUER **Relator:** Deputado BOHN GASS

# I - RELATÓRIO

O presente projeto tem por objetivo garantir aos trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais o seguro-desemprego concedido por um período máximo de dois meses, de forma alternada ou contínua, a cada período de oito meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

O autor justifica a proposta alegando que a natureza cíclica e rotativa das atividades agrícolas impede a implementação de período aquisitivo longo, obstaculizando, assim, o acesso ao benefício para muitos trabalhadores rurais.

Foram apensados os seguintes projetos à proposição:

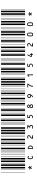




- PL n.º 5.332, de 2005, do Deputado Adelor Vieira, com o objetivo de assegurar: a) uma parcela de segurodesemprego para o trabalhador rural cujo contrato de trabalho tenha sido superior a 2 e inferior a 4 meses; e
  b) 2 parcelas, quando o contrato de trabalho tenha sido superior a 4 e inferior a 6 meses;
- PL n.º 6.271, de 2005, do Deputado Alex Canziani, para determinar critérios para concessão do segurodesemprego para o safrista, por um período máximo de 2 meses;
- 3) PL n.º 6.925, de 2006, do Deputado Eduardo Campos, a fim de assegurar ao trabalhador rural ocupado em culturas sazonais e com contrato de trabalho por prazo inferior a 6 e superior a 4 meses o direito à percepção de 3 parcelas do seguro-desemprego;
- 4) PL n.º 7.479, de 2006, do Deputado Ricardo Izar, com a finalidade de estabelecer a concessão do segurodesemprego a trabalhadores rurais e urbanos contratados por prazo determinado, conforme critérios que define;
- 5) **PL n.º 2.990, de 2008**, da Deputada Ana Arraes, que assegura o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador rural safrista.

As proposições, sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária, foram distribuídas às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), atualmente substituída pela Comissão de Trabalho (CTRAB) para a análise do mérito; de Finanças e Tributação (CFT) para análise da adequação financeira e orçamentária; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para apreciação de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.





Em reunião ordinária realizada no dia 25 de março de 2009, a CAPADR, aprovou unanimemente os projetos com Substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Leandro Vilela.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

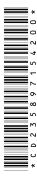
Todos os projetos visam, com muita justiça, a assegurar o seguro-desemprego aos safristas e trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais ou em outras atividades cuja natureza ou transitoriedade acarrete duração de trabalho por prazo inferior a 6 meses.

O substitutivo aprovado pela CAPADR, a nosso ver acertadamente, com relação à percepção do benefício do seguro-desemprego, deixou a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) estabelecê-la de acordo com as atividades exercidas. As atividades agrícolas, por exemplo, possuem diferenças de ciclos produtivos conforme as culturas e até mesmo dentre elas, dependendo das regiões onde são desenvolvidas.

Ocorre que, depois de os projetos terem sido apreciados na CAPADR, houve a edição da Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, que alterou substancialmente a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, quanto aos requisitos para a concessão e a percepção do seguro-desemprego. Uma das alterações foi justamente dar nova redação ao art. 4º estabelecendo que o benefício terá duração variável de três a seis meses cabendo ao Codefat definição da duração da percepção em cada caso. Além disso, consolidou-se a legislação sobre o tema, revogando-se a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

No entanto, essas modificações substanciais na sistemática do seguro-desemprego continuaram a não contemplar a situação específica dos trabalhadores rurais sazonais, contratados por prazo determinado, que exige





regras diferenciadas quanto à concessão e à percepção do benefício. Em vez disso, tornou ainda mais difícil o acesso desses trabalhadores ao benefício, por aumentar o prazo de comprovação do vínculo empregatício para a percepção do benefício de 6 meses para um ano, na primeira solicitação, e para 9 meses, na segunda solicitação; somente para as demais solicitações, exigem-se 6 meses de comprovação de recebimento de salários.

Assim, é fundamental que essa legislação contenha um tratamento diferenciado para o trabalhador rural em atividades sazonais, ou que em virtude da prestação de serviço cuja natureza ou transitoriedade acarrete duração do contrato de trabalho por prazo inferior a 6 meses, a fim de que ele tenha direito ao seguro-desemprego, quando ficar, involuntariamente desocupado.

Para tanto, adotamos, em parte, a sistemática proposta pela CAPADR, pela qual, na percepção do benefício, deverão ser observadas as especificidades do mercado de trabalho na área urbana e na área rural, e as diferenças, no segmento agrícola, de condições regionais e de ciclo produtivo de cada cultura.

Apesar de estarmos substancialmente de acordo com o conteúdo da proposta da CAPADR, verificamos que será necessário a apresentação de nossas alterações em forma de Substitutivo. Isso se faz necessário porque a legislação superveniente à elaboração do Parecer daquela comissão (Lei nº 12.513, de 2011 e Lei nº 13.134, de 2015) inviabilizou a redação pelo substitutivo elaborado na ocasião, inclusive pela revogação da Lei nº 8.900, de 1994. Assim, é necessária a total reformulação do texto para assegurar a correta referência aos dispositivos da lei e a melhor técnica legislativa.

Assim, apresentamos nossas alterações por meio de Substitutivo para consolidar os textos dos Projetos e também do Substitutivo da CAPADR, adequando-os à nova redação da Lei nº 7.998, de 1990.

Ante o exposto, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.118, de 2004; 5.332, de 2005; 6.271, de 2005; 6.925, de 2006; 7.479, de





2006 e 2.990/2008, e do Substitutivo da CAPADR, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2023.

#### Deputado BOHN GASS Relator

2023-17200





## **COMISSÃO DE TRABALHO**

#### SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 3.118/2004, 5.332/2005, 6.271/2005, 6.925/2006, 7.479/2006 E 2.990/2008.

Altera a Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a fim de determinar condições diferenciadas de concessão e percepção do seguro-desemprego para os trabalhadores rurais que prestem serviço cuja natureza ou transitoriedade acarrete duração do contrato de trabalho por prazo inferior a 6 (seis) meses.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º-B. O seguro-desemprego é assegurado ao trabalhador rural que preste serviço cuja natureza ou transitoriedade acarrete duração do contrato de trabalho por prazo superior a 3 (três) e inferior a 6 (seis) meses, em situação de desemprego involuntário decorrente de dispensa sem justa causa, inclusive indireta, e de término de contrato por prazo determinado, sendo-lhe dispensada a comprovação da exigência prevista no inciso I do *caput* do art. 3º desta Lei. "

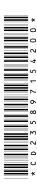
Parágrafo único. Aos trabalhadores de que trata o *caput* desse artigo, cujo contrato temporário seja superior a 6 (seis) meses, é assegurado a contagem do prazo contratual como período aquisitivo para seguro-desemprego.

Arτ. 4°	 	 	 

§ 8º No caso dos trabalhadores de que trata o art. 3º-B desta Lei, a percepção do seguro-desemprego será por um período máximo de 3 (três) meses de forma contínua ou intercalada, cuja duração será estabelecida pelo Codefat, em função das condições regionais e do ciclo produtivo de cada atividade. " (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





#### Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2023

# Deputado BOHN GASS Relator

2023-17200

